

O capitalismo nos países “atrasados”: o debate que se repete

The capitalism in “backward” countries: the debate that recurs

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/1517-6258.887>

Rodrigo Straessli Pinto Franklin¹
Pollyanna Paganoto Moura²
Camilla dos Santos Nogueira³

Resumo: A possibilidade de desenvolvimento do capitalismo nos países dito atrasados e os caminhos que devem ser seguidos para a consecução do socialismo é um fértil terreno de controvérsias no pensamento marxista. O presente artigo busca apresentar as semelhanças entre os debates sobre essa temática que aconteceram na Rússia do fim do século XIX, entre os Nacionalistas Russos (*narodniks*) e Lênin, e em meados do século XX no Brasil, entre o Partido Comunista do Brasil (PCB) e os autores da teoria da dependência. Conclui-se que muitos argumentos que apareceram no debate inicial se repetem pouco mais de 50 anos depois.

Palavras-chave: Teoria da dependência. Imperialismo. Lênin. *Narodniks*.

Abstract: The possibility of developing capitalism in the so-called backward countries and the paths that must be followed in order to achieve socialism is a fertile ground for controversies in marxist thought. This article seeks to present the similarities between the debates on this theme that took place in Russia at the end of the 19th century, between Russian Nationalists (*narodniks*) and Lenin, and in Brazil in the middle of the 20th century, between the Brazilian Communist Party and the authors of the dependency theory. We concluded that many arguments that appeared in the initial debate are repeated just over 50 years later.

Key-words: Dependency theory. Imperialism. Lenin. *Narodniks*.

Artigo recebido em 18/6/2021. Aceito em 21/6/2021.

¹ Doutor em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: rodrigo.franklin@ufes.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2698-2826>

² Doutora em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS. Professora substituta da Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI). E-mail: pollyannapaganoto@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6638-388X>

³ Doutora em Política Social pela UFES. Coordenadora do projeto de pesquisa FAPES/CNPq (Edital N° 11/2019) do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (PDCTR). E-mail: camilladossantosnogueira@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8326-1366>

Introdução

Para provar a tese de que uma revolução socialista era possível na Rússia do início do século XX, Vladimir Lênin travou um debate com o grupo populista-nacionalista conhecido como *narodniks*, no qual evidenciou a existência de relações capitalistas de produção nesse país, como também o modo pelo qual o capital imperialista dos países da Europa Ocidental influenciava em seu desenvolvimento. Pouco mais de 60 anos depois, um debate similar foi traçado na América Latina tendo de um lado o Marxismo Ortodoxo, representado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)⁴, que apregoava a inexistência do capitalismo nos países latino-americanos e, de outro, os teóricos da corrente que veio a se chamar “teoria da dependência”, separados em duas articulações distintas. Esses últimos buscavam comprovar a tese de que não só o capitalismo já se encontrava presente na América Latina, como esse capitalismo só poderia se apresentar em uma forma dependente com relação aos países centrais.

Diante disso, a proposta da pesquisa que apresentamos é a de analisar a influência do pensamento de Lênin nesse debate dos meados do século XX, avaliando como seus argumentos reaparecem no debate latino-americano. Nossa hipótese é de que seus argumentos aparecem divididos em dois grupos de teóricos: de um lado, aqueles que se focam nas relações de competição entre o capital nacional e o capital estrangeiro dos países avançados – liderados por Ruy Mauro Marini; de outro, aqueles que se voltam para as relações de poder dentro da sociedade e a sobrevivência de estruturas tradicionais de dominação nos países de capitalismo atrasado – que teve em Fernando Henrique Cardoso seu maior expoente.

O presente tema de pesquisa se mostra profícuo e necessário em um momento histórico marcado pelo renascimento do debate sobre os limites e possibilidades de desenvolvimento capitalista nos países periféricos do sistema capitalista mundial, tais como o Brasil. Resgatar as bases de uma das principais teorias que se debruçou sobre o tema nos meados do século passado é um ponto imprescindível para dar continuidade ao debate hoje.

⁴ O Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, também era chamado de Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC). Em 1961, alterou seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla utilizada em sua fundação (PCB). Sua história foi marcada por amplos períodos de clandestinidade, divisões internas e significativas mudanças de sua base ideológica. Atualmente, há três partidos que se consideram como os herdeiros políticos do antigo PCB: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Cidadania. No presente artigo, fazemos referência às teses daquele antigo PCB, que naturalmente se distanciam dos programas destes três partidos da atualidade.

Para atender aos objetivos propostos, apresentamos a seguir as teses do debate russo – divididas entre os autores populistas e Lênin –, seguido pelas teses dos principais autores do debate latino-americano – André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, contrapondo-se a Fernando Henrique Cardoso. Por fim, fazemos uma comparação dos argumentos apontados nas sessões precedentes com o intuito de identificar as aproximações entre os debates.

1. Lênin e os populistas

A Rússia foi o primeiro país dito “atrasado” em que o marxismo se desenvolveu. Naturalmente, deveria ser também o primeiro em que se daria o debate sobre as possibilidades do capitalismo e sua superação em países com uma inserção periférica no mercado mundial. Esse debate surgia em um período em que a Rússia iniciava suas experiências no ramo industrial, contando com forte participação do Estado, concedendo subsídios e adotando medidas protecionistas que visavam dificultar as importações e fomentar o mercado interno. Essa indústria nascente, ao mesmo tempo em que gerava uma classe de operários, ainda pequena em termos proporcionais, acabava por ameaçar a reprodução de relações sociais de produção baseadas na propriedade coletiva e na cooperação, como o caso dos *artéis* – organizações coletivas de produção artesanal – e dos *obchtchinas* – comunidades rurais baseadas na posse comum do solo.

Não obstante, o processo de industrialização acontecia com sérias dificuldades, o que fomentou o debate sobre a possibilidade do desenvolvimento capitalista se efetivar no país. Esse debate teve várias vertentes (inclusive com a colaboração de importantes teóricos alemães). Resgataremos, para o propósito desse artigo, os posicionamentos dos economistas populistas, os *narodniks*, e o de Vladimir Lênin.

1.1 Teses *narodniks*

Nas últimas décadas do século XIX, um grupo de populistas russos, conhecidos como *narodniks*⁵, tentou em vão impulsionar um movimento revolucionário capaz de derrubar o regime *tzarista* e implantar o socialismo na Rússia. Esses populistas, formados basicamente por intelectuais vindos das camadas médias, viam no campesinato a base para o movimento revolucionário. Não obstante, a distância que esses indivíduos tinham dos camponeses e a incompreensão dos processos históricos em desenvolvimento na Rússia foram fatais para o sucesso da empreitada.

⁵ O termo *narodnik* é o equivalente russo para a palavra “populista”.

As teses centrais que fundamentavam a estratégia dos *narodniks* eram de que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia não era possível, mas ele também não era necessário para a construção do socialismo naquele país⁶.

No que tange à possibilidade do desenvolvimento capitalista, os economistas populistas indicavam as dificuldades encontradas por um país que inicia tardiamente seu processo de industrialização. Para Vassili Vorontsov, um influente economista e sociólogo *narodnik*, o capitalismo apresentava intrinsecamente um problema de superprodução, já que os capitalistas recebiam como renda (fruto da apropriação de mais-valia) mais do que a capacidade que possuíam de consumir. Portanto, uma parte da produção da sociedade não poderia ser escoada via mercado interno, o que impelia os grandes capitais para o mercado externo.

Como o capital industrial russo não possuía condições de competir com os capitais dos países centrais, que dominavam os mercados mundiais, o desenvolvimento capitalista na Rússia encontrava assim seu limite. Os efeitos dessa impossibilidade de desenvolvimento capitalista se cristalizariam no crescente empobrecimento da classe operária, no subemprego e no desemprego.

No entanto, se por um lado o capitalismo não era possível na Rússia, por outro, concluía os *narodniks*, também não se constituía uma etapa necessária. Eles viam nas estruturas comunais baseadas na propriedade comum da terra, ainda existentes (mas em decadência) na Rússia do final do século XIX, a essência do socialismo, capaz de formar as bases de uma futura ordem socialista que se espalharia, em seguida, por toda a Europa Ocidental.

Por esses motivos, os populistas russos viam a possibilidade de uma revolução socialista na Rússia, fundada no movimento dos camponeses, sem a necessidade de uma prévia revolução democrático-burguesa.

1.2. Teses de Lênin

Com o intuito de esclarecer as divergências teórico-políticas que possuía com os populistas russos, Vladimir Ilitch Ulianov (adotando o pseudônimo Lênin) elaborou a obra “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*” (Lênin, 1988). A base da crítica de Lênin aos populistas era a falta de embasamento na realidade prática da Rússia por parte de seus formuladores teóricos, e discutia a questão da necessidade e da possibilidade do desenvolvimento capitalista na Rússia.

⁶ Para os fins desse artigo, serão apresentadas apenas as teses necessárias para evidenciar a similitude desse debate com o debate posterior que ocorreu na América Latina. Os pontos apresentados foram retirados de Palma (1978) e Miglioli (1982). Para uma visão mais detalhada das teses desse grupo, sugerimos conferir Von Laue (1954).

A conclusão que Lênin chega é de que o capitalismo não só era possível na Rússia como já se encontrava em processo de disseminação. Não obstante, esse processo era marcado por uma lentidão não verificada na industrialização dos países da Europa Ocidental. Quanto às mazelas sociais que se mostravam crescentes na Rússia (pobreza, desemprego e subemprego), Lênin argumenta que são marcas características do processo de desenvolvimento capitalista.

No que tange à lentidão do processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin aponta três fatores: a incapacidade de uma burguesia nacional fraca em aprofundar o desenvolvimento capitalista; os efeitos da competição entre a indústria nacional e suas rivais da Europa Ocidental; e a grande e inesperada capacidade de sobrevivência das estruturas tradicionais na sociedade russa, estruturas que, apontava Lênin, eram incompatíveis com a lógica capitalista⁷.

Por outro lado, o autor ressalta a importância do capitalismo para o desenvolvimento de uma posterior sociedade socialista. Argumenta que não se pode incorrer no erro (do qual acusa os *narodniks*) de confundir um reconhecimento dos elementos progressivos do capitalismo com uma apologia ao mesmo, e nem de deixar esse reconhecimento nos impedir de observar o lado negativo desse capitalismo. Sendo assim, Lênin aponta que a “missão” do capitalismo poderia ser dividida em dois pontos: “aumento das forças produtivas do trabalho social e socialização deste” (Lênin, 1988, p. 373).

É importante notar, como aponta Johnstone (1985, p. 115), que na referida obra Lênin não só busca criticar as teses populistas, como também apontar o caminho para a construção de um movimento capaz de levar a Rússia ao socialismo: “demonstrando a instabilidade da burguesia russa, colocava também as bases da estratégia posterior sobre a hegemonia e as alianças de classe”. Uma vez que uma revolução democrático-burguesa era necessária para garantir o adequado desenvolvimento das forças produtivas, e tendo em vista que a burguesia nacional não possuía força o suficiente para cumprir sua tarefa histórica, Lênin propunha uma aliança entre o proletariado e o campesinato (liderada pelo primeiro) para implantar uma “ditadura revolucionário-democrática” capaz de implantar um governo provisório (ditadura do proletariado) que teria como papel liderar o desenvolvimento capitalista na Rússia nos moldes necessários para a futura sociedade socialista (JOHNSTONE, 1985, p. 118).

Observa-se que a despeito de Lênin considerar que “a ideia de ‘buscar a salvação para a classe operária em qualquer lugar que não o futuro desenvolvimento do capitalismo é uma ideia reacionária” (LÊNIN *apud* JOHNSTONE, p. 119), o mesmo não aponta a burguesia como uma classe com potencial para a formação de uma aliança para o processo de revolução democrático-burguesa.

⁷ Conforme aponta Palma (1978).

2. O debate da dependência

Aproximadamente 60 anos depois do debate entre Lênin e os populistas russos, toma corpo na América Latina, com o florescimento do marxismo no continente, um debate acerca do caminho que deveria ser percorrido para a implantação do socialismo nas ex-colônias capitalistas. Dividimos aqui esse debate em três agrupamentos distintos: primeiro, apresentamos as teses do Partido Comunista do Brasil (PCB), alinhadas ao Marxismo Ortodoxo divulgado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); seguido pelas duas vertentes marxistas da teoria da dependência.

Antes de prosseguir na exposição dessas teses, cabe ainda fazer uma breve digressão sobre as duas vertentes marxistas da teoria da dependência. Em primeiro lugar, tendo em vista que muitos autores apontam a teoria elaborada por Cardoso como sendo uma vertente *weberiana* da Teoria da Dependência, se faz necessário justificar o motivo pelo qual o colocamos no rol dos marxistas. Destacamos, a princípio, que não há elementos objetivos suficientes para catalogá-lo como *weberiano*: tanto no que tange ao método quanto às categorias de análise utilizadas, observa-se que Cardoso não se aproxima mais do pensamento de Weber do que do de Marx.

Quanto ao método, a análise *weberiana* baseia-se em dois elementos fundamentais: a “ação social” e o “tipo ideal”. A “ação social” seria aquela ação tomada pelo indivíduo que levaria em consideração a ação do outro, evidenciando o caráter do individualismo metodológico intrinsecamente presente na obra *weberiana*. No intuito de estabelecer um método integrado para a análise da dependência, em momento algum Cardoso aponta para o individualismo metodológico. Ao contrário, ancora sua análise na luta de classes⁸, portanto, na dinâmica da coletividade.

Além disso, Cardoso não utiliza, para sua análise, de “tipos ideais”. A divisão que faz, por exemplo, dos países latino-americanos entre “economias de enclave” e de “produção controlada nacionalmente” não diz respeito a tipos puros que existiram combinados em diferentes graus em todos os países, mas trata de fato de realidades concretas de cada conjunto de países analisados. Quando algum país se diferencia dos demais, o autor trata de estabelecer uma divisão e uma denominação capaz de caracterizar a condição concreta daquela realidade.

⁸ Essa compreendida principalmente como um fenômeno político, caracterizado pelo conjunto de alianças políticas estabelecidas entre diversos segmentos sociais. A importância que dá para a luta de classes nas transformações da sociedade é um dos principais elementos que diferencia a análise de Cardoso da análise *weberiana*.

Alguns ainda poderiam considerar que a demasiada importância que Cardoso lega aos elementos políticos, juntamente com o papel secundário e estático que os elementos estruturais, (isto é, materiais, na interpretação de Cardoso) possuem em sua análise, garantiriam ao autor o adjetivo de “idealista”⁹, incompatível com a teoria marxista. Apesar de concordar com essa crítica, acreditamos que o debate sobre esse ponto deve ser realizado dentro do escopo teórico do marxismo, ou seja, esse elemento deve ser apontado como uma incompreensão do marxismo por parte do autor, uma vez que é a partir da condição auto-assumida de marxista que Cardoso pretende elaborar seus estudos sobre a dependência¹⁰.

Uma segunda consideração que deve ser feita antes de nos aprofundarmos nas teses dessas duas vertentes do marxismo é exatamente acerca dos motivos que nos levaram a separar tais teorias em vertentes distintas. A divisão se justifica com o intuito de evidenciar a divergência quanto ao método utilizado na análise. A primeira vertente da teoria da dependência – composta, entre outros, por Frank e Marini – estabelece um método de análise dialético que busca nas transformações das relações materiais de produção as explicações para as transformações sociais.

Para a segunda vertente, ou vertente *cardosiana*, as estruturas materiais indicariam apenas um conjunto de possibilidades de transformação, mas a mudança efetiva seria determinada pelo resultado da luta de classes, elementos que compõem a superestrutura da sociedade. Vemos, portanto, que a divergência entre as duas vertentes está naquilo que cada uma considera como “motor” da história (ou seja, como fonte de contradições e de movimento): para a primeira, seriam os elementos econômico-materiais (estruturais); para a segunda os elementos político-sociais (superestrutura).

2.1. Teses do PCB

O Partido Comunista do Brasil (PCB) afirmava-se como herdeiro da vertente leninista do marxismo e possuía suas orientações políticas derivadas das teses da III Internacional para os países coloniais e atrasados¹¹. Nesse sentido, caracterizava a realidade brasileira como sendo dotada de relações feudais ou semif feudais, em um momento histórico de passagem para o capitalismo.

⁹ Motivo pelo qual, acreditamos, alguns autores insistem em catalogá-lo como *weberiano*. Como fica claro, essa interpretação se baseia em uma leitura pobre da dicotomia entre materialismo *versus* idealismo e de uma confusão com o debate entre marxismo *versus* weberianismo.

¹⁰ Nos artigos de Cardoso (1993a, 1993b), escritos em momentos diferentes e posteriormente reunidos em uma mesma obra, o autor faz várias referências de suas obras como uma elaboração de uma teoria marxista da dependência.

¹¹ Similar à abordagem feita sobre as teses dos *narodniks*, apresentaremos apenas o que há de relevante para o objetivo do trabalho. Retiramos essa interpretação da obra de Mantega (1984, capítulo 4). Para um detalhamento das propostas do PCB para a construção do socialismo no Brasil, sugerimos conferir a obra de Nelson Werneck Sodré, importante intelectual do partido. Para esse fim, indicamos sobretudo a obra “*Introdução à Revolução Brasileira*” (SODRÉ, 1978).

Não obstante, a expansão imperialista do capital dos países centrais impediria o completo desenvolvimento das forças produtivas nacionais, por meio de um processo de pilhagem e extração do excedente. Sendo assim, a fórmula apontada pelo partido para romper com o atraso seria uma aliança entre o proletariado e a burguesia nacional contra o grande latifúndio (de caráter feudal) por sua vez aliado ao capital imperialista dos países centrais.

Essa aliança entre proletários e burgueses deveria ser capaz de promover no Brasil, assim como nos demais países da América Latina, a revolução democrático-burguesa, responsável por desenvolver as forças produtivas, preparando o terreno para uma futura revolução socialista.

2.2. Teses da primeira vertente da teoria da dependência

A revisão das teses do marxismo ortodoxo se impôs como necessidade à esquerda latino-americana após a declaração do caráter socialista da revolução cubana (1959). Se uma revolução socialista em países atrasados só poderia ser alcançada após uma revolução democrático-burguesa que desenvolvesse as forças produtivas nacionais, como explicar que uma revolução socialista acabara de ocorrer em um dos países mais atrasados até mesmo para os padrões da América Latina?

Uma das respostas para essa questão veio com o surgimento da teoria da dependência, que procurava compreender a realidade dos países da América Latina como capitalistas, mas inseridos de um modo diverso no mercado mundial. André Gunder Frank é comumente apontado como aquele que inaugurou esse debate. O autor possui declarada influência das teorias desenvolvidas por Paul Baran que, em sua obra “*A economia política do desenvolvimento*” (BARAN, 1977), busca tratar como os processos imperialistas do capitalismo influenciariam a dinâmica dos países pré-capitalistas.

Frank (1991) vai contra as teses vigentes no marxismo ortodoxo, que apontava a predominância de relações feudais nos países atrasados. Para Frank, seguindo uma linha que já havia sido apontada por Caio Prado Júnior, o capitalismo já se encontrava presente e predominante nas relações sociais de produção dos países periféricos¹². Haveria um problema metodológico por trás das teses do PCB, que se pautava pela adoção *à priori* de esquemas e abstrações teóricas que não se baseavam na realidade concreta do Brasil, encaixando esta apenas posteriormente nos conceitos pré-elaborados. Essa concepção ignorava a realidade sobre o campo no Brasil, onde existiam relações predominantemente capitalistas com um resquício da era escravista (mas não feudal), fazendo dessa forma que os militantes levantassem bandeiras distantes das reivindicações dos trabalhadores rurais.

¹² Não obstante, como bem ressalta Santos (2000), Frank incorria no erro de definir um sistema como capitalista a partir das relações presentes na circulação.

Frank ainda indica a existência de um processo de transferência de mais-valia da periferia em direção ao centro, motivo que levaria, na análise do autor, ao estagnacionismo econômicos nos países periféricos. Sendo assim, o capitalismo possível nos países centrais seria apenas um capitalismo subdesenvolvido, baseado em uma superexploração do trabalho, necessária para garantir a acumulação tanto da classe capitalista local como a transferência de mais-valia para os países centrais. Assim, os países periféricos se encontrariam inseridos em uma relação de dependência que fortaleceria seu subdesenvolvimento. A única solução possível para esse dilema seria a opção por uma via socialista.

Coube a Ruy Mauro Marini desenvolver algumas lacunas que ficaram em aberto no pensamento de Frank. Os principais pontos desenvolvidos pelo autor referem-se aos processos que levam à transferência do valor entre centro e periferia, mais especificamente, à tese de superexploração do trabalho¹³. Esse autor aponta que os países periféricos seriam expropriados pelos países centrais de parte de sua mais-valia por meio do que denominou de “intercâmbio desigual”¹⁴ – processo que leva os países centrais a trocarem produtos por um preço acima de seu valor. O intercâmbio desigual possui duas causas: a elevada produtividade do trabalho nos países centrais – que permite que os mesmos possuam preços de produção menores que seus concorrentes, mas mantenham os mesmos preços de mercado – e o poder de monopólio derivado da concentração da produção de manufaturas nos países centrais.

Como forma de responder a essa transferência de valor para os países centrais, os capitalistas dos países periféricos reagem ampliando a massa de valor produzido. Para isso, esses capitalistas precisam ampliar a quantidade de mais-valia gerada por trabalhador, resultando no processo de superexploração da força de trabalho que consistiria, além do pagamento de salários inferiores ao valor da força de trabalho, na exploração de mais-valia absoluta, considerada pelo autor como uma forma mais presente na origem da implantação dos sistemas capitalistas em cada país. Não obstante, como parte do excedente captado pela exploração da mais-valia absoluta seria transferida para os países centrais, o capital nacional não poderia atingir um nível de acumulação que o permitisse engendrar processos de melhoria de produtividade, permitindo uma mudança do foco de exploração para a mais-valia relativa.

¹³ Os elementos apresentados aqui são um resumo do que é desenvolvido em Marini (2000).

¹⁴ A teoria do intercâmbio desigual desenvolvida por Marini parece ser inspirada nas elaborações de Prebisch (1950) sobre a deterioração dos termos de intercâmbio e no debate suscitado por Emmanuel (1969).

Em resumo, essa vertente da Teoria da Dependência concebia o modo de produção dos países atrasados como tipicamente capitalista, mas um capitalismo diferente dos países centrais. O desenvolvimento capitalista nesses países periféricos era entendido, portanto, como impossível. A solução para o dilema seria uma revolução socialista, do proletariado aliado com a massa camponesa.

2.3. Teses da segunda vertente da teoria da dependência

A segunda¹⁵ vertente da Teoria da Dependência possui em Fernando Henrique Cardoso seu maior expoente. É ele que apresenta as críticas mais ferozes e contundentes aos teóricos da primeira vertente e também é quem apresenta uma nova forma de abordagem consistente com as críticas realizadas. O autor promove uma dura crítica metodológica à dialética utilizada pelos autores precedentes indicando que os mesmos, ao criarem generalizações que buscavam nas transformações materiais das forças produtivas as causas da dependência dos países periféricos, ignoram os elementos verdadeiramente dinâmicos dessas sociedades, sobretudo os sistemas de alianças políticas que caracterizam as realidades concretas do capitalismo nesses países (CARDOSO e SERRA, 1980).

Na obra *“Dependência e desenvolvimento na América Latina”*, que escreve em coautoria com Faletto (CARDOSO e FALETTO, 2004), Cardoso afirma que não se pode confundir desenvolvimento capitalista com melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda e homogeneidade regional – um equívoco muito presente no pensamento de Frank e Marini. Conforme a teoria marxista, o desenvolvimento do capital é um processo contraditório, espoliativo e gerador de desigualdades, de forma que identificar elementos dessa natureza nos sistemas econômicos periféricos não significa dizer que estes não estão se desenvolvendo. Pelo contrário, ao observar o surgimento de contradições relacionadas com a composição das forças produtivas, a alocação de fatores de produção, a distribuição da mão de obra e as relações de classe, deve-se concluir que está em curso um processo de desenvolvimento capitalista.

Não obstante, esse desenvolvimento capitalista não levaria os países periféricos a um tipo de desenvolvimento autônomo, de forma que ainda seria legítimo tratar de um “desenvolvimento dependente-associado” (mas não de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, como pretendia Frank e Marini, ou de “predomínio crescente da oligarquia agrário-imperialista”, como indicavam as

¹⁵ É preciso deixar claro que a denominação dessa vertente como sendo a “segunda” deriva apenas da conveniência para a exposição no presente trabalho. Em termos cronológicos, a obra de Fernando Henrique Cardoso sobre a dependência surge em concomitância com a de André Gunder Frank.

interpretações do marxismo ortodoxo da época). Esse desenvolvimento pode ser caracterizado como associado, uma vez que os beneficiários desse processo são (além do que Cardoso chamou de burguesia de estado) as empresas locais associadas às corporações multinacionais, que constituem o “tripé do desenvolvimento dependente-associado”.

No pensamento de Cardoso, o caráter dependente ainda continua presente nessas economias periféricas industrializadas, visto que há um processo de vinculação destas ao mercado internacional, que não se limitam apenas ao sistema de importações-exportações. Nessa forma de desenvolvimento, essa relação entre países se dá através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais. Assim, tanto o fluxo de recursos quanto o controle das decisões econômicas permanecem localizadas no exterior.

Esses investimentos industriais nos países periféricos, no entanto, concentram-se em bens de consumo imediato ou em bens intermediários de “mediana tecnologia”, sendo que o setor de bens de produção, sobretudo os relacionados com a criação de novas tecnologias, mantêm-se concentrado nos países centrais, sobretudo nos Estados Unidos. Assim, o mesmo processo que gera uma dependência tecnológica é, ao mesmo tempo, o processo que gera a dependência financeira (visto que são dos países centrais os influxos de recursos que realizam os investimentos).

Outro mecanismo de reprodução da dependência que ocorre concomitantemente aos acima assinalados é o do crescente endividamento externo, relacionando-se com os demais, que geram novas necessidades de empréstimos para sustentar a importação de tecnologias produzidas nas economias centrais. Os autores concluem que “desenvolvimento e dependência (tecnológica e financeira) são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se ampliam incessantemente, sempre e quando inexistam processos políticos que lhes dêem fim” (CARDOSO e FALETTO, 2004, p. 39).

No entanto, a perspectiva revolucionária é completamente abandonada na visão de Cardoso. Ao invés de indicar caminhos possíveis para a construção de uma alternativa socialista, o autor prefere apontar as possibilidades de um desenvolvimento dependente e associado capaz de gerar, em certa medida, uma melhoria no bem-estar da classe trabalhadora¹⁶.

¹⁶ É importante ressaltar que o autor não indica a impossibilidade de uma revolução socialista (nem o contrário). O que estou ressaltando é que ele apenas se abstém de apontar os seus caminhos.

3. Similitudes

Como podemos ver, existem muitas similitudes entre os debates travados por Lênin e os *narodniks* e pelo PCB e as vertentes da teoria da dependência. Similitudes são esperadas, já que o objeto do debate é o mesmo: a possibilidade e a necessidade da implantação do capitalismo em países atrasados. Não é de se estranhar que as questões levantadas nos dois debates sejam tão similares, afinal, tanto a Rússia quanto o Brasil passavam por processos econômicos similares. Na Rússia, ao fim do século XIX, iniciou-se o processo de industrialização da economia, pautado em medidas protecionistas, e de incentivos a instalação da grande indústria – similar ao processo que aconteceu no Brasil a partir da década de 1930 (por volta de sessenta anos mais tarde). A grande peculiaridade do caso russo, que inclusive dá colorido especial ao movimento *narodnik*, é o fato de lá preexistirem relações de produção baseada na propriedade coletiva dos meios de produção que tiveram sua existência ameaçada pelo desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, enquanto os *narodniks* buscavam instaurar um socialismo que preservava as formas anteriores de organização, todas as vertentes do debate brasileiro tinham como objetivo a criação de relações de produção novas, ainda não experimentadas pela história do país.

Por outro lado, há que se ressaltar alguns elementos que nos exigem cautela ao comparar esses dois debates. Primeiramente, temos que ter em mente o grau de desenvolvimento do capitalismo como um todo nos dois períodos. Enquanto a forma de imperialismo praticada pelas economias centrais ao final do século XIX era baseada na dominação de mercados das economias periféricas (normalmente produtoras de matéria-prima), em meados do século XX a lógica de expansão do grande capital era por meio da inserção direta nessas economias, realizando a produção *in loco* e extraindo o excedente na forma de lucro e de juros.

Um segundo elemento que nos exige certa cautela é o fato de que o debate realizado na Rússia acontece em um momento no qual a revolução socialista se apresenta apenas como hipótese no imaginário dos revolucionários e intelectuais. Já no Brasil, o debate ocorre sob a luz de revoluções socialistas concretas que se desenvolveram por diferentes lógicas (algumas “vindas do alto”, outras com caráter de “revolução popular”, *etc.*).

Tendo-se feito essas ressalvas, vejamos, pois, como os argumentos se repetem no debate que ocorre na América Latina. Para avaliar essa relação, concentramos nossa análise em seis argumentos que marcaram o debate.

O primeiro diz respeito à importância que cada uma das correntes lega às relações pré-capitalistas de produção presente nos países “atrasados” ou dependentes (feudal, escravista, colonial, entre outras). Em outras palavras: as relações pré-capitalistas de produção seriam de tal forma preponderantes a ponto de podermos caracterizar a referida sociedade como não capitalista?

O segundo argumento refere-se às possibilidades de desenvolvimento de um capitalismo pleno em países “atrasados”. Pleno no sentido de apresentar todos os elementos necessários de um capitalismo que seja capaz de cumprir sua função na passagem histórica para o socialismo. É importante ressaltar que não nos referimos a um capitalismo “autônomo”, “desenvolvido”, ou similar ao dos países centrais.

Uma questão que se coloca então é se esse desenvolvimento do capitalismo é um passo necessário para a eclosão de uma revolução socialista, ou seja, para a passagem da sociedade atual para um modo de produção socialista. Essa é a famosa tese do salto histórico, da possibilidade em se pular etapas no desenvolvimento da sociedade. Esse constitui o terceiro argumento da análise.

O quarto ponto diz respeito à preservação das relações tradicionais de dominação nos países capitalistas após o surgimento do capitalismo. As relações tradicionais são pautadas por lógicas não econômicas, não monetárias, contrapondo-se às relações modernas, difundidas nos países em que houve processos de revoluções burguesas mais contundentes. Esse elemento é uma forma de reconhecer que o capitalismo dos países atrasados, a despeito de poderem ser plenos, não precisam apresentar exatamente as mesmas características dos países centrais.

Como quinto argumento, apresentamos a opinião dos autores quanto à força da burguesia nacional para levar adiante um projeto de transformação da sociedade. Esse elemento é fundamental para determinar quais alianças entre classes seriam possíveis de serem formadas para impulsionar o processo revolucionário – ou não tão revolucionário, no caso da segunda vertente da teoria da dependência. Essa estrutura de alianças consiste no sexto e último argumento analisado.

Claro que temos consciência de que um debate tão complexo não pode ser resumido a um conjunto de argumentos apresentados de uma forma simplificada. Mas tal método de análise do discurso pode nos evidenciar a ocorrência de alguns erros de percurso e do modo como nem sempre o desenvolvimento dos conhecimentos se apresenta como um acúmulo contínuo de saber.

Quadro 1 – Semelhanças entre as vertentes do debate sobre o capitalismo nos países atrasados

Argumento	Vertente				
	<i>Narodniks</i>	Lênin	PCB	TD: 1ª vertente	TD: 2ª vertente
Preponderância das relações pré-capitalistas	X	-	X	-	-
Capitalismo é possível	-	X	X	-	X
Capitalismo é necessário	-	X	X	-	X
Preservação de estruturas tradicionais	-	X	-	-	X
Tese da “burguesia fraca”	X	X	-	X	X
Alianças estratégicas	Camponeses	Proletários e camponeses	Proletários e burgueses	Proletários e camponeses	Capital internacional, Estado, Burguesia nacional

Fonte: elaboração própria.

No Quadro 1, apresentamos uma sistematização desses principais argumentos e a forma como aparecem nessas vertentes do debate. É interessante observar que, a despeito de se considerar herdeiro do pensamento leninista, o PCB adota argumentos compatíveis com os *narodniks* e contrários ao próprio Lênin. O partido considerava que a realidade brasileira era preponderantemente dotada de relações semifeudais, similar ao pensamento do populismo russo. Da mesma forma que Lênin criticou seus contendores por desconhecerem a realidade prática da sociedade da qual discutiam, as vertentes da teoria da dependência também assim criticaram o pensamento do PCB. Ademais, tanto o PCB quanto os *narodniks* não reconheciam a possibilidade da sobrevivência das estruturas tradicionais no sistema capitalista. No entanto, o destaque para a posição do PCB diz respeito ao seu posicionamento quanto à força e ao papel da burguesia. Nesse ponto, o partido é totalmente contrário a todas as outras vertentes, apontando a possibilidade de uma aliança entre o proletariado e a burguesia para a consecução de uma revolução democrático-burguesa, posição que o partido foi obrigado a rever após o golpe militar de 1964 no Brasil.

A primeira vertente da teoria da dependência, a despeito de criticar a leitura que o PCB faz da realidade, acaba por resgatar todas as demais argumentações dos populistas russos elencadas em nosso quadro sintético. Essa vertente aponta que, apesar do capitalismo ser o sistema existente nos países periféricos, seu desenvolvimento era impossível (mas também não necessário). A semelhança com o pensamento de Lênin se resume no reconhecimento da existência de uma classe proletária, capaz de dirigir um processo revolucionário.

Já a segunda vertente da teoria da dependência, mesmo apresentando um método dialético tão distinto do utilizado por Lênin, apresenta um argumento muito próximo da postura leninista, utilizando quase dos mesmos argumentos desse autor para criticar a vertente anterior. As ressalvas vão para a forma específica como as estruturas tradicionais aparecem transformadas no capitalismo dos países atrasados (na figura da Burguesia de Estado) e para o abandono da postura revolucionária socialista (totalmente incompatível com o posicionamento de Lênin) e da visão subsumida que as alternativas dessa vertente colocam.

Um ponto interessante de se observar é que todas as vertentes que consideram o capitalismo impossível não o consideram necessário (e vice-versa). Essa postura nos parece um sintoma de um certo voluntarismo na elaboração desses pensamentos. Já para aqueles que acreditam que o capitalismo é tanto possível quanto necessário, cabe destacar a divergência na forma como essa necessidade se concretizaria: para Lênin, o desenvolvimento capitalista deveria ser guiado pela ditadura do proletariado; para o PCB deveria ser alcançado por uma revolução burguesa nos moldes da Revolução Francesa; já para a segunda vertente, não haveria a necessidade de uma revolução (nem burguesa e nem socialista) para o desenvolvimento das forças produtivas.

Conclusão

No presente artigo, nos propusemos a analisar a semelhança entre o debate travado entre Lênin e os populistas russos, conhecidos como *narodniks*, e o debate semelhante ocorrido na América Latina quase sessenta anos depois. Para tanto, foram apresentados os principais posicionamentos e argumentos de cada uma das vertentes, mas apenas nos pontos necessários para a análise do presente trabalho. Verificamos, com isso, a existência de uma grande semelhança entre essas vertentes, sobretudo entre os *narodniks* e os teóricos da primeira vertente da Teoria da Dependência e entre Lênin e os teóricos da segunda vertente da mesma teoria.

Como Marx aponta na obra “*18 Brumário de Louis Bonaparte*”, os fatos históricos acontecem duas vezes: uma vez como tragédia outra como farsa. Parece-nos que algo similar tem ocorrido no debate dentro do marxismo como uma evidência de que os esforços de interpretação de um determinado momento pouco são utilizados para a construção do conhecimento em momentos posteriores. Nesse sentido, nos parece que a repetição desse debate histórico se repete não como farsa, mas antes como uma verdadeira comédia, em que os diversos personagens teimam em escorregar nos mesmos erros que seus precedentes.

Referências

BARAN, Paul Alexander. **Economia política do desenvolvimento**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. A dependência revisitada. **As ideias e seu lugar**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993a.

_____. O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos. **As ideias e seu lugar**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993b.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. **As desventuras da dialética da dependência**. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 23. 1980.

EMMANUEL, Arghiri. *L'Échange inégal: essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux*. Paris: F. Maspero, 1969.

FRANK, André Gunder. *El desarrollo del subdesarrollo: Un Ensayo Autobiográfico*. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.

JOHNSTONE, M. **Lênin e a revolução**. In: HOBBSAWM, E. J. História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Polis/Vozes: 1984.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. São Paulo: Vozes/CLACSO, 2000.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

PALMA, Gabriel. *Dependency: a Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?* **Word Development**, V. 6, Pergamon Press, 1978.

PREBISCH, Raul. *The economic development of Latin America and its principal problems*. New York: ONU, 1950.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SODRÉ, N. W. **Introdução à Revolução Brasileira**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

VON LAUE, Theodore H. *The Fate of Capitalism in Russia: The Narodnik Version*. **American Slavic and East European Review**, v. 13, n. 1, p. 11-28, 1954.